



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Beto Martins

**EMENDA Nº - CCJ**  
**(ao PLP 68/2024)**

Acrescente-se parágrafo único ao art. 8º do Projeto, com a seguinte redação:

**“Art. 8º .....**

**Parágrafo único.** *Único Para efeitos do disposto no caput, consideram-se operações antecedentes:*

**I – -** *o transporte de cabotagem anterior a viagem de longo curso que remeterá a mercadoria ao exterior;*

**II –** *Transporte multimodal correspondente a mercadoria remetida com finalidade de exportação, destinada a armazém alfandegado, entreposto aduaneiro, inclusive tradings companies ou outro estabelecimento da mesma empresa;*

**III –** *Transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e marítimo realizados no território nacional de mercadoria remetida com finalidade de exportação, destinada a armazém alfandegado, entreposto aduaneiro, inclusive tradings companies ou outro estabelecimento da mesma empresa.”*

**JUSTIFICAÇÃO**

O § 1º do art. 156A, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019 assegurou a imunidade do Imposto sobre Bens e Serviços(IBS), de competência estadual/municipal, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, sobre as



exportações. Contudo, a norma não assegurou a imunidade às operações antecedentes às exportações que são a ela equiparadas, como por exemplo, o transporte de cabotagem anterior a viagem de longo curso que remeterá mercadoria ao exterior.

Por fim, nesse contexto, a inclusão do termo “transporte internacional” busca evitar controvérsias sobre a atividade ser considerada ou não uma exportação no caso de contratação por residente no Brasil, com efeitos negativos para as operações anteriores, além de garantir a competitividade das empresas brasileiras com as empresas estrangeiras no mercado de longo curso.

Sala das sessões, 15 de agosto de 2024.

**Senador Beto Martins**  
(PL - SC)

